

Sistema vai a votação e resultado é indefinido

Andrei Meireles

Num quadro de aparente equilíbrio de votos, o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães medem forças hoje no plenário da Constituinte, quando começa a ser votado o sistema de governo. O Palácio do Planalto desencadeou uma forte ofensiva nas últimas horas, convocando os governadores fiéis ao governo a Brasília, para trabalhar pelo presidencialismo. Com isto, o favoritismo do parlamentarismo foi anulado. Ulysses Guimarães, contudo, continua a trabalhar pela mudança do sistema de governo, o que, segundo os parlamentaristas, pode neutralizar a pressão do Planalto.

O PDT e o PT, que se opõem ao Governo, mas são presidencialistas, sofreram um cerco específico de ambos os lados durante todo o

Sarney, otimista, não irá negociar

Memélia Moreira

A posição do presidente José Sarney está fechada: presidencialismo com cinco anos. Ontem, ele se reuniu com oito governadores de Estado e, a todos eles, manifestou sua disposição de continuar na defesa destas duas teses. O Presidente está convicto da vitória do presidencialismo hoje, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte e começa a se sentir "aliviado porque a novela está chegando ao fim", contou o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, que esteve com Sarney três vezes durante o dia de ontem.

Os governadores Newton Cardoso (MG), Geraldo Mello (RN), Antônio Carlos Valladares (SE), Amazônio Mendes (AM), Tarcísio Burití (PB), Epitácio Cafeteira (MA), Jorge Nova da Costa (AP) e Alvaro Dias (PR), já vinham defendendo a tese dos cinco anos e chegaram a duvidar se Sarney abria ou não a mão do sistema de governo. Ontem, após o encontro com o Presidente — em audiências separadas — Sarney disse claramente que não cogitou, em nenhum momento, negociar o sistema de governo, porque não se sente "com este direito". O resultado das conversas é que os governadores garantiram a Sarney que as bancadas fiéis a estes governadores votarão fechadas com as duas teses defendidas pelo Governo.

Golpe

E o governador do Maranhão, depois da primeira conversa com o

dia de ontem. Até a à noite, mantinha a opção presidencialista, independentemente de isto significar uma aliança a tática com o Governo.

Reuniões

Inúmeras reuniões ontem à noite e hoje de manhã tentam ampliar o cacife de cada uma das correntes em disputa. Os governadores Newton Cardoso, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Tarcísio Burití, entre outros acionados pelo Planalto, chegaram a Brasília para conversar com as suas bancadas. O senador José Richa obteve do governador Miguel Arraes, que é presidencialista, o compromisso de não pressionar a bancada. O vice governador de Pernambuco, Carlos Wilson, reúne-se hoje de manhã com os parlamentares do Estado. Os presidencialistas pernambucanos dizem que ele só fará uma reunião de avaliação, mas os parlamentaristas acreditam que Carlos Wilson tomará uma posição claramente a favor de Ulysses na disputa com o Planalto.

Toda essa movimentação torna imprevisível o resultado da votação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena. As coordenações das duas correntes cantavam vitória ontem, mas a

maioria das avaliações na Constituinte indicava um quadro de equilíbrio, reforçado pelos indecisos, que podem definir a votação.

O deputado Ulysses Guimarães, depois de patrocinar a tentativa fracassada de acordo, estaria bastante irritado com o comportamento do Planalto. O deputado Fernando Gasparian, "ulyssista" do PMDB de São Paulo, comentava ontem à noite que a implosão do acordo colocou Sarney e Ulysses em campos opostos. Gasparian já se definiu: fica com Ulysses e vota a favor do parlamentarismo. Em sua opinião, a radicalização do Planalto pode levar o presidente do PMDB à defesa, também, de um mandato presidencial de quatro anos.

Na Constituinte, os parlamentaristas comemoravam, ontem, novas adesões, especialmente a do deputado Fernando Lyra, que na sexta-feira tinha se decidido pelo presidencialismo. Mas, os presidencialistas também tinham o que comemorar: o deputado Expedito Machado, que trabalhou intensamente pelo acordo entre Ulysses e Sarney, diante da inviabilidade do entendimento, optou pelo presidencialismo. A batalha começa hoje à tarde.

auxiliares, entre eles Fernando Sarney, prega a promoção de um plebiscito caso seja aprovado o parlamentarismo. O filho do Presidente, ao explicar as causas dos boatos sobre a possível aceitação, pelo Presidente, do parlamentarismo com cinco anos, disse que tudo surgiu após o jantar entre Sarney e o governador pernambucano, Miguel Arraes. "No jantar, o Presidente — disse Fernando — afirmou que não seria entrave para o processo democrático. Imediatamente pensaram que ele estava pronto para negociar o mandato pelo sistema, mas ele não negocia mesmo e o resto é conversa".

E o Presidente não acredita em impasse na votação de hoje, informou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, acrescentando, entretanto, que, se houver impasse, "nós vamos pensar na sua dimensão e como resolvê-lo, porque este é um dever político".

De qualquer forma, qualquer ameaça de impasse entre o Presidente e a Assembleia Nacional Constituinte, tem um interlocutor preparado para as negociações. Trata-se do general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, que ontem, ao se referir aos descompasso entre as declarações do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e a posição de Sarney, afirmou: "O meu objetivo nesse trabalho é que os dois se entendam, pelo bem do nosso País".

Reviravolta anima presidencialistas

Os presidencialistas na Constituinte passaram, ontem, a acreditar numa reviravolta em plenário a favor da manutenção do atual sistema de governo. Até o final da semana passada, as avaliações davam como praticamente certa a aprovação do parlamentarismo. Segundo levantamento do grupo, nas bancadas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o presidencialismo tem 103 votos, enquanto o regime de gabinete conta com apenas 60.

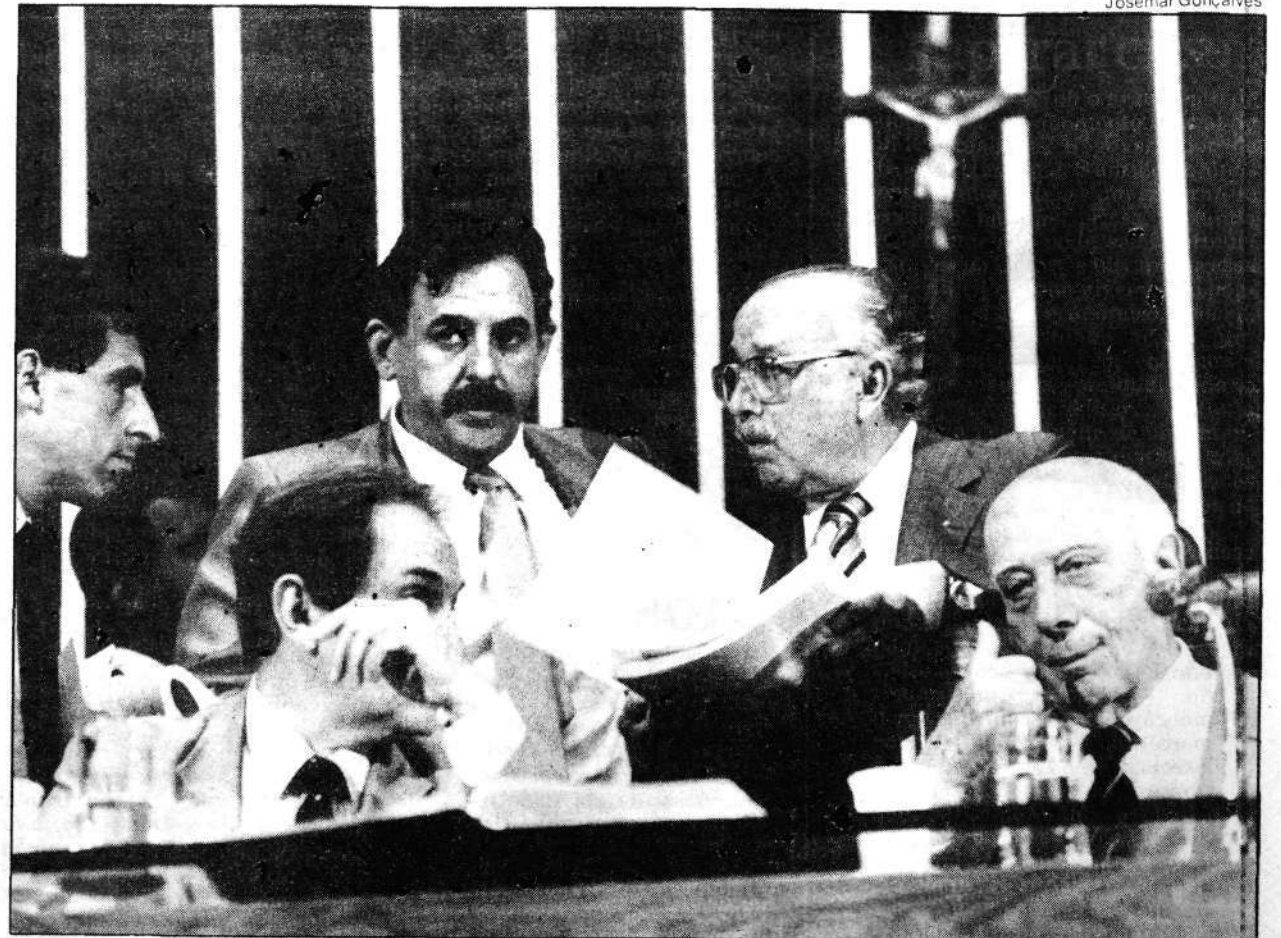
Durante a sessão de ontem, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), presidencialista e um dos criadores do Centrão, já se mostrava confiante na vitória da emenda Humberto Lucena que prevê o presidencialismo puro. Nos últimos dias, Fiúza vinha apresentando uma grande preocupação por conta da perspectiva de vitória dos parlamentaristas.

"Apesar da confusão em torno do sistema de governo, eu acredito que houve uma reviravolta a favor do presidencialismo que deve ganhar por uma margem de 30 votos", prevê Fiúza.

Ele descarta, no entanto, que dentro do Centrão haja uma unidade em torno do sistema de governo. Mas admite que a ala ortodoxa do grupo está fechada com o presidencialismo. Quanto ao restante dos centristas, sua opinião é que ninguém controla os votos dentro do grupo ou até mesmo nos grandes partidos como o PMDB e o PFL.

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) também acha que o Centro Democrático do PMDB, grupo que é vinculado, os seus membros vão votar de acordo com suas convicções pessoais. Machado, que chegou a anunciar sua adesão ao parlamentarismo, na semana passada, prevê, no entanto, que a maioria dos 61 membros do Centro Democrático vai votar pelo presidencialismo. Como coordenador da bancada do seu Estado, ele garantiu que 11 dos 14 votos dos peemedebistas cearenses serão pela manutenção do atual regime.

Nos três principais estados do País a tendência em relação à votação de hoje é a seguinte: São Paulo, PMDB, 17 presidencialistas, 14 parlamentaristas; PFL, 4 a um; PDS, três a dois; PDT, dois, PT, oito; PTB, cinco a quatro; PDC, dois votos para o regime de gabinete e PL um para o presidencialismo. Em Minas, 15 peemedebistas deverão votar no presidencialismo, enquanto 22 são parlamentaristas; PFL, nove contra um; PDT, três presidencialista e PT, um. No Rio de Janeiro, 35 votos vão para o presidencialismo e 14 para o parlamentarismo.



Mesmo com o inevitável confronto com o Planalto, Ulysses procura demonstrar que está tudo bem

Regimento "amarrá" os rumos do debate

Além da disputa política, a votação do sistema de governo hoje, envolve ainda uma intrincada norma regimental que deverá reger toda a votação até que a questão seja resolvida pelos constituintes. Como pano de fundo da polêmica está o chamado "buraco negro", uma expressão cunhada pelos parlamentares quando nenhuma emenda consegue maioria absoluta — 280 votos — no plenário. A votação de hoje se dará da seguinte forma:

A primeira emenda a ser votada será a presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Por ter o maior número de assinaturas — 353 —, ela terá preferência automática para a votação. Segundo as regras regimentais, qualquer proposta que tenha mais de 280 adesões tem preferência sobre as demais. Se por acaso a sessão não tiver um quórum de 280 constituintes em plenário, o que é improvável, em vista da grande disputa que envolve a questão, a votação se repetirá amanhã.

Se for aprovada por maioria absoluta, a votação passa para outra fase, que são os destaques. Esses destaques, são emendas individuais que procuram alterar alguns dispositivos do texto. Assim, toda a emenda é votada ressaltados os seus destaques.

Buraco negro

Em caso de rejeição da emenda presidencialista de Humberto Lucena, entra em votação a proposta parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE): a segunda em ordem de preferência, pois tem 346 assinaturas. Aprovada, essa emenda

passa pelo mesmo processo explicado acima, qual seja, ressaltados os destaques. Caso não obtenha o quórum de 280 parlamentares no plenário, também se repetirá a votação no dia seguinte.

Rejeitadas as duas emendas, os constituintes terão ainda uma alternativa: votar o dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização que trata do sistema de Governo e é parlamentarista. Se a votação não alcançar a maioria absoluta, o sistema de governo cai no chamado buraco negro. Por esse impasse regimental, em que nenhuma proposta consegue maioria absoluta para sua aprovação, o relator da Comissão deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), tem um prazo de até 48 horas para apresentar uma nova proposta para preencher o buraco. Essa mesma chance é dada a maioria absoluta dos constituintes, poderão elaborar uma emenda alternativa.

Pelo regimento interno da Constituinte, no encaminhamento da votação poderão falar 4 parlamentares — dois a favor e dois contra — além do parecer do relator. Cada constituinte tem cinco minutos para defender a sua tese; entretanto, esse tempo pode se alongar em função da importância da matéria. Essa liberalidade no tempo de encaminhamento só o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), pode determinar na hora da votação.

Além dessa questão, Ulysses pode determinar ainda que as votações continuem, independentemente do buraco negro no sistema de Governo.

Segurança não terá esquema especial hoje

A presidência da Constituinte não fez qualquer alteração no esquema de segurança do Congresso Nacional para a sessão de hoje à tarde quando será votado o sistema de governo. Embora considere o assunto polêmico, o 2º vice-presidente e corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), não viu necessidade de pedir reforço policial ao Governo do Distrito Federal, para evitar possíveis manifestações nas galerias ou no gramado em frente ao Congresso.

O acesso do plenário da Câmara, onde são realizadas as sessões da Constituinte, continuará restrito aos portos dos quatro prédios anexos e as entradas principais da Câmara e Senado. Do lado de fora, cercando o Congresso estarão a postos 80 policiais militares, e dentro, distribuídos pela Câmara e Senado, outros 200 soldados.

As galerias, segundo Arbage, não serão problema. Após a modificação do Regimento Interno da Constituinte, as 438 senhas para entrada nas galerias passaram a ser distribuídas pelos próprios parlamentares, que recebem passe para sessões em dias alternados.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) promete fazer manifestações na porta do Congresso Nacional durante a votação, pois foram poucas as senhas que conseguiu arrecadar. A UDR (União Democrática Ruralista) por sua vez, não comparecerá à votação, deixando para atuar quando for discutido o votado o capítulo da Ordem Econômica.

As propostas

Presidencialismo	Parlamentarismo
A emenda presidencialista encabeçada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) estabelece uma delegação de poderes inexistentes em qualquer constituição do mundo, de acordo com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O Presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado ou aos Procuradores-Gerais da República, o exercício do comando supremo das Forças Armadas, promover os oficiais-generais das três Armas e nomear os seus comandantes.	A emenda parlamentarista de autoria do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-SE), também permite que o Congresso apresente moção de censura ao primeiro-ministro, decorridos seis meses após sua posse. A moção, porém, só poderá ocorrer por iniciativa de um quinto e pelo voto da maioria absoluta da Câmara.
O Presidente da República será o chefe de Estado e de Governo, eleito para um mandato de cinco anos, por maioria absoluta dos votos. Se nenhum candidato alcançar essa maioria haverá um segundo turno, pelo voto direto, ao qual concorrerão os dois mais votados.	No sistema parlamentarista, o Presidente da República é o chefe de Estado e árbitro das instituições, enquanto o primeiro-ministro é o chefe de governo. O Presidente ficará responsável pela política externa, além de supervisionar o funcionamento das instituições, assumindo poder moderador nos momentos de transição.
Ele descarta, no entanto, que dentro do Centrão haja uma unidade em torno do sistema de governo. Mas admite que a ala ortodoxa do grupo está fechada com o presidencialismo. Quanto ao restante dos centristas, sua opinião é que ninguém controla os votos dentro do grupo ou até mesmo nos grandes partidos como o PMDB e o PFL.	Ao Presidente caberá nomear e exonerar o Gabinete, dissolver e convocar a Câmara dos Deputados, convocar referendos e plebiscitos, comandar as Forças Armadas, presidir os Conselhos de Estado e de Defesa (equivalente, hoje, ao Conselho de Segurança Nacional) e decretar intervenção e estados de sítio.
O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) também acha que o Centro Democrático do PMDB, grupo que é vinculado, os seus membros vão votar de acordo com suas convicções pessoais. Machado, que chegou a anunciar sua adesão ao parlamentarismo, na semana passada, prevê, no entanto, que a maioria dos 61 membros do Centro Democrático vai votar pelo presidencialismo. Como coordenador da bancada do seu Estado, ele garantiu que 11 dos 14 votos dos peemedebistas cearenses serão pela manutenção do atual regime.	Já ao primeiro-ministro caberá o gerenciamento da administração e da economia, quando submeterá os programas de governo à Câmara, e elaborará projetos de lei e o orçamento. Além de exercer o poder regularmente, ao primeiro-ministro é permitido nomear servidores estáveis, integrar os Conselhos de Estado e de Defesa, preparar atos internacionais, indicar nomes de ministros ao Presidente e participar do processo legislativo.
Nos três principais estados do País a tendência em relação à votação de hoje é a seguinte: São Paulo, PMDB, 17 presidencialistas, 14 parlamentaristas; PFL, 4 a um; PDS, três a dois; PDT, dois, PT, oito; PTB, cinco a quatro; PDC, dois votos para o regime de gabinete e PL um para o presidencialismo. Em Minas, 15 peemedebistas deverão votar no presidencialismo, enquanto 22 são parlamentaristas; PFL, nove contra um; PDT, três presidencialista e PT, um. No Rio de Janeiro, 35 votos vão para o presidencialismo e 14 para o parlamentarismo.	O primeiro-ministro também poderá aconselhar o Presidente e sugerir à ele atos políticos, tais como intervenção e estado de sítio. E ainda, por indicação do primeiro-ministro e após aprovação do Senado, o Presidente nomeará os membros do Conselho Monetário Nacional e o presidente e diretores do Banco Central.

Covas e Henrique confiantes

Os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e o senador José Richa, além de reafirmarem seu otimismo na aprovação da proposta parlamentarista, manifestaram, ontem, a confiança em que os últimos acontecimentos políticos acabarão revigorando, também, a posição favorável aos quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

Os três senadores entendem que, submetida hoje à votação, a proposta presidencialista do senador Humberto Lucena não alcançará os 280 votos necessários à sua aprovação e amanhã, persistindo essa situação, muitos dos presidencialistas que subscreveram aquela proposta acabarão votando a favor do sistema parlamentarista, para evitar um impasse.

Covas voltou a apontar a necessidade de a Constituinte atender ao desejo da população brasileira que, "na proporção de 90% quer escolher o Presidente ainda este ano".

Pela culatra

Fernando Henrique Cardoso acha que as pressões desenvolvidas pelo Palácio do Planalto a favor dos cinco anos com presidencialismo tendem, pelo acirramento dos ânimos, a produzir efeito contrário ao desejado pelo Governo. Ou seja, a reação da Constituinte seria a aprovação do parlamentarismo com quatro anos.

"Os fatos desse fim de semana são a melhor demonstração de que o País não pode mais viver sob o presidencialismo, que emacula o Congresso. O Palácio, com a sua

ação, e o José Lourenço estão prestando um serviço aos parlamentaristas". Fernando Henrique referia-se às declarações que o líder do PFL na Câmara, José Lourenço fez, domingo, após encontro com o presidente Sarney, ironizando a idade do presidente da Constituinte (71 anos) e indicando que a ideia de um "acordão" em torno do sistema de governo "é da inteira responsabilidade do dr. Ulysses, porque é a única forma dele assumir logo o governo".

A propósito da questão do acordo, Fernando Henrique Cardoso disse ter ouvido de Ulysses a explicação de que no encontro promovido sexta-feira passada pelo ministro da Justiça com os presidentes de partidos, Brossard transmitiu o interesse do Governo em torno da negociação do sistema de governo, tendo como base o "parlamentarismo com cinco anos".

Ainda segundo Fernando Henrique Cardoso, qualquer decisão que venha a ser adotada pelos Constituintes será acatada pelos militares. "Podem escrever: se der parlamentarismo com quatro anos não haverá nada. A decisão será absorvida naturalmente pelas Forças Armadas".

O senador José Richa também previu que as pressões do Planalto sairão "pela culatra". A ação do Governo "no varejo", em favor do presidencialismo e dos cinco anos — afirmou — "terá como consequência uma reação no atacado dos parlamentaristas".

Ulysses evita definição

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães (foto) invocando essa dupla condição, esquivou-se ontem de assumir uma posição ostensiva em defesa do parlamentarismo frustrando, assim, o desejo de 170 peemedebistas que subscreveram um documento que lhe foi entregue no início da noite passada.

A entrega foi feita pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e pelos deputados Pimenta da Veiga e Virgildásio Sena. O documento assinala que a maioria do partido é parlamentarista e por isso os signatários exortam Ulysses a identificar-se com essa posição.

assumindo a defesa do sistema nos seus pronunciamentos.

Véspera

Os articuladores do documento acreditavam, no início da semana passada, que Ulysses permaneceria indefinido até a última hora, em relação ao sistema de governo e por isso decidiram que a entrega do texto somente seria feita à véspera da votação da matéria. E verdade que no último sábado o presidente da Constituinte revelou inclinação pela fórmula do parlamentarismo com cinco anos. Mas, diante da reação do Palácio do Planalto a essa proposta, ele voltou ao mutismo em relação ao assunto.

A ideia inicial era levar o documento a Ulysses com a assinatura dos 187 peemedebistas que apoiam o parlamentarismo, mas nos últimos oito dias eles conseguiram acrescentar apenas 15 assinaturas, em relação às 155 que tinham segunda-feira da semana passada.



Arquivo 11/01/88